



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 14

Sessão Extraordinária de Setembro

Reunião de 11-09-1998

Aos onze dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e oito, nesta cidade de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida por Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo vogal António Sousa Dinis Correia, como Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, José Augusto Fernandes Júnior, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, João José Ferreira da Maia, Diniz Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:45 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos dos Vogais: João Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Libério da Silva Santos, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Armando Manuel Dinis Vieira, João Pedro Simões Dias, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas dos seguintes vogais: Libério da Silva Santos, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias e Élio Manuel Delgado Maia, os quais foram aceites e consideradas justificadas.

Continuando o Sr. Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida e informou que a mesma se encontra disponível para análise no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Entretanto entraram na sala os Vogais Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Após uma breve abordagem feita pelo Sr. Presidente da Mesa aos acontecimentos mais relevantes ocorridos no período de férias, foi iniciada a ordem de trabalhos com a discussão do ponto único da agenda:

AQUISIÇÃO DE LOTES DE TERRENO PERTENCENTES À “AVEIRIA, SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.”, ATRAVÉS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA IMOBILIÁRIA.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária de 24-08-98, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte

do original desta acta em anexo)

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Antes de mais, dou as boas vindas a toda a gente depois deste período de férias. Queria agradecer a disponibilidade da Assembleia para vir aqui hoje, bem como a sua disponibilidade em realizar esta Assembleia Municipal Extraordinária. E entrando já no assunto, julgo haver motivo suficiente para se realizar, foram distribuídos memorandos a todos os membros da Assembleia Municipal, onde está suficientemente descrita a operação. O que está em causa é a possibilidade de o Município, de uma forma rápida e com aparente vantagem económica, resolver um problema que se arrasta há dezasseis anos, pelo menos, ou seja, a possibilidade de reduzir a densidade de construção naquela área de uma forma significativa e passar de cento e quarenta e oito mil metros quadrados de área de construção, para cento e doze mil metros quadrados. Há possibilidade de fazer isso de uma forma que não envolve dispêndio de liquidez para o pagamento do respectivo preço e, portanto, é uma operação do ponto de vista da saúde financeira da Câmara não acarreta ónus importantes, na medida em que, se a operação vier a ser aprovada, passa a Câmara a poder controlar a oferta do mercado em toda aquela área.

É uma área central, nobre, que pensamos no futuro venha a ser uma das áreas mais bonitas de Aveiro e acho que é uma oportunidade de facto, importantíssima, para desbloquearmos toda aquela zona. Evidentemente, estou a pensar em termos mais globais, uma vez estes terrenos da AVEIRIA desbloqueados. Recordando o processo, nós estamos perante uma sociedade que é detida em cerca de cinquenta e um por cento pelo Banco Mello e em cerca de quarenta e nove por cento pela SONAE. Esta sociedade detém (e estão registados em seu nome), dezanove lotes (de acordo com o mapa que foi distribuído) e que todos estaremos de acordo, apontavam de facto, para uma concessão urbanística que hoje em dia é inaceitável. Não creio que nenhuma destas bancadas possa defender hoje em dia a construção de duas torres com catorze pisos, na área fronteira à Fábrica Campos. Nós quando tomámos conhecimento deste processo, imediatamente começamos as negociações para justamente tentar retirar área de construção que estava em frente à Fábrica, para os terrenos da Sociedade que ela possui na encosta (do lado direito quem está virado para a Fábrica) e também no lado esquerdo ainda ocupando parte do actual Parque de Feiras. Bom... a certa altura foi-nos feita a proposta de adquirir a totalidade dos terrenos em causa, porquê? Por razões que têm haver com as estratégias próprias de cada um dos grupos, porque neste momento a sociedade AVEIRIA, tem parceiros que seguem linhas estratégicas diferentes, o Banco Mello terá uma perspectiva mais financeira neste momento e prefere realizar liquidez, para a SONAE se calhar não é tão importante, mas a verdade é que entre a possibilidade ou a perspectiva de ter que estar dois ou três anos a desenvolver todo o projecto imobiliário e a perspectiva de receber já o preço, o Banco Mello conduziu as coisas neste sentido e fez-nos o desafio, o qual achamos obviamente aliciante e interessante para a Câmara, ou seja, a possibilidade de controlar o ordenamento do território em toda aquela área. Tivemos que encontrar uma solução que não passasse pela disponibilidade de um financiamento camarário, que como é sabido a Câmara não tinha. E essa solução, foi o leasing.

A operação com o leasing é relativamente simples, far-se-á um concurso público para seleccionar uma empresa de leasing, em que esta adquira os terrenos em causa à Sociedade AVEIRIA e faz um contrato de locação financeira com a Câmara Municipal de Aveiro e nós à medida que vamos vendendo os lotes em causa vamos pagando a respectiva renda e com isso conseguimos os nossos objectivos sem ter outro encargo financeiro que não seja apenas aquele da renda devida à leasing. Onde é que aparece a urgência?

Um dos elementos negociais e fundamentais para conseguir baixar o preço, foi a possibilidade de a AVEIRIA receber a totalidade do preço a pronto (mais concretamente, por razões que têm haver com a sua própria orientação das coisas), até ao dia trinta de Novembro. A proposta que a AVEIRIA nos fez foi essa, se até ao dia trinta de Novembro a Câmara nos conseguir pagar o preço, então o preço será aquele que foi divulgado de três milhões e quatrocentos mil contos. E nós, para conseguirmos respeitar este prazo e como temos que recorrer à leasing e como temos que respeitar as regras das despesas públicas (no caso das autarquias temos que o fazer através de concurso público internacional) e como estes concursos públicos têm prazos que são imperativos, tornou-se de repente e a partir do momento em que tivemos as condições de preço e as restantes, negociadas com a empresa, absolutamente urgente, desencadear esta Assembleia Municipal para aprovar a operação sob pena de o prazo de trinta de Novembro se tornar impossível de respeitar. É essa de facto a razão da urgência, a necessidade de se cumprir os prazos do concurso público internacional, de modo a ter uma empresa de locação financeira seleccionada, alguns dias antes e capaz de pagar a pronto os três milhões e quatrocentos mil contos. Sobre a interpretação do regulamento, gostava de ouvir as bancadas, devido ao facto de estarmos perante uma situação do ponto vista do interesse municipal, consubstancia uma situação de urgência e foi nesse sentido, que me pareceu muito oportuno solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia que desencadeasse a convocação desta Assembleia Municipal Extraordinária. Para já Sr. Presidente, ficava à disposição de toda a gente para qualquer esclarecimento.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito boa noite Sr. Presidente, boa noite Srs. Vogais. Em primeiro lugar e a título prévio, eu quero focar um assunto que na reunião dos representantes já houve oportunidade de referir. Portanto por ser a Assembleia dos representantes não é pública, mas a questão foi posta publicamente e nomeadamente a minha bancada queria um esclarecimento, também público, sobre esse assunto. É que no Diário de Aveiro, de um de Setembro de noventa e oito, vem noticiado que ia ser convocada uma Assembleia Extraordinária para aprovar a compra de terrenos e aí se diz que: «O Presidente da edilidade pretende ainda, antes da realização da Assembleia, que os líderes de bancada se encontrem. Tudo para que a proposta camarária não seja alvo de grandes críticas é que, e tal como referiu Alberto Souto, os interesses municipais devem estar acima da intriga política». Ora, eu penso que não é minimamente razoável, que a não haver publicamente um desmentido desta afirmação, o Presidente da Câmara da Cidade a quem o Sr. Presidente da República chamou “Pátria da Liberdade”, possua uma perspectiva deste tipo da vida partidária. É que antes de mil novecentos e setenta e quatro, exigimos a existência de partidos e o são debate que se deve estabelecer entre Governo e Oposição. Será que em mil novecentos e noventa e oito, voltamos a verificar que se procuram montar esquemas para evitar este diálogo, aliás, palavra que é tão usada e amada pelo Partido Socialista? Porque afinal, este diálogo é uma intriga política! Estamos perante uma tentativa de impor algum totalitarismo autárquico ou há algum desmentido sobre esta situação?

Eu julgava que a apresentação prévia de documentos, aos líderes das bancadas, estaria em vista aprofundar a crítica, isto para zelar pelos melhores interesses de Aveiro. Afinal, parece que é para evitar críticas. Mas existirá democracia sem debate e sem críticas? Será que os líderes das bancadas são domesticáveis para não se produzirem críticas? Por mim Sr. Presidente, não conte com isso. Não sou de índole a perder, enfim, os valores que nos orientam, nem a responsabilidade que de facto, o líder de uma bancada do Partido Social Democrata deve ter. De facto, o debate é fundamental como um pilar da Democracia. Portanto, como V.Exa sabe, na reunião que houve eu pus-lhe este problema e aí em privado,

o Sr. Presidente explicitou, que nada tinha dito relativamente a intriga política. A ser assim, seria bom para descanso de todos nós e até pelo que verifiquei da bancada do PSD, que desmintia claramente o que o Diário de Aveiro disse, porque nestas condições, o Diário de Aveiro terá mentido e portanto, é bom que de facto isto fique considerado.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Jorge Nascimento:

“Confesso que não tinha lido o Diário de Aveiro, porque se o tivesse feito, estaria naturalmente e tão profundamente preocupado, como está o Sr. Prof. Britaldo Rodrigues, seguramente também toda a bancada do PSD, seguramente a bancada do PS, seguramente a bancada do PC, seguramente o Sr. Presidente da Mesa e o Sr. Secretário, seguramente o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores. Porque eu não acredito, sinceramente não acredito, que o Sr. Presidente da Câmara tivesse proferido semelhante afirmação ou se o fez, que o tivesse feito com a justa medida ou com a precessão destas palavras. É claro que uma afirmação destas, a ser verdadeira, só se poderá radicar no funcionamento desta Assembleia. Porque a não ser assim, o Sr. Presidente não poderia nunca ter dito que há que evitar a intriga e por isso, necessariamente convocar os líderes. Seguramente se o Sr. Presidente (no pressuposto de ter feito a afirmação), se entende-se que nesta Assembleia, os assuntos se tratam com a seriedade que devem merecer aos Deputados, aos Vogais eleitos, e à Mesa, não teria feito afirmação semelhante. Mas eu digo, custa-me a acreditar, pelo perfil que tenho do Sr. Presidente da Câmara, por ventura será uma má interpretação. Porque é sabido, que se esta Assembleia fosse local de intriga, eu garanto ao Sr. Presidente e a todos os presentes que eu não estaria aqui e imediatamente abandonaria a Assembleia. Naturalmente, as oposições têm o dever de sublinhar, pôr acima as facetas dos problemas, mas quando o fazem, fazem-no com verdade e com intuitos construtivos. E muita coisa tem sido feita em benefício dos munícipes, não só os de Aveiro, mas por esse País fora, porque a crítica da oposição é aguda. Está à vista em todo o lado, quanto bem resulta da oposição que sublinho - não é intriga e não pode ser exercida como tal. Tenho dito.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. É evidente que eu não me recordo exactamente das palavras que disse, mas tudo aquilo que eu possa ter pensado, ... e agradeço a justiça, foi precisamente o contrário. Foi no sentido de considerar que a matéria era tão importante, que merecia ser previamente divulgado à Assembleia todos os elementos que permitissem decidir em consciência e seriedade, como é natural e como é habitual que o façam. Uma falta de respeito a esta Assembleia, seria eu chegar aqui e sem ter distribuído documentação necessária, sem ter feito um esforço por apresentar a operação previamente aos respectivos líderes. Porque acho que uma matéria desta grandeza, que envolve montantes tão elevados, exigiam de facto, por todo o respeito que tenho pela Assembleia, é que ela fosse reflectida pela Assembleia na posse de todos os elementos que só eu é que estava em condições de os dar. E foi esse o sentido daquilo que eu quis dizer e não foi outro. Eu não sei qual foi exactamente a expressão que terei utilizado, vou tentar falar com o Sr. Jornalista com quem falei nessa altura, mas naturalmente a minha ideia só pode ter sido isto. É evidente que está fora de causa, uma atitude da minha parte no sentido que deixaram aqui transparecer, que enfim, iríamos aqui resolver a questão com os líderes, porque o resto da Assembleia não estaria à altura de o fazer, pelo contrário, achei que em matérias desta seriedade (e é para isso que o regime prevê a possibilidade de se convocarem previamente os líderes, para quando as matérias são urgentes), é necessário habilitar a Assembleia com todos os elementos e pôr-me, desde logo, à disposição da Assembleia para esclarecer todas as

dúvidas. Só pode ser este o sentido e desde já me penitencio e se foi esse o caso e se as declarações saíram assim e se foram assim interpretadas, tenho que me penitenciar desde já, por alguma palavra infeliz que tenha sido ouvida pelo jornalista e assim interpretada.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Portanto fica claro, que o Sr. Presidente desmente o que o Diário de Aveiro escreveu. Era uma explicação que a minha bancada pedia, que eu tinha que transmitir e, portanto, continuando com a minha intervenção quanto ao problema que aqui nos traz, eu devo dizer que concordamos com a melhoria que se irá introduzir na área em questão. Indubitavelmente, no que diz respeito ao assunto, que é uma melhoria daquele plano, que não temos dúvidas sobre isso. Achamos que a ideia de ter ali duas torres de catorze pisos em frente ao Centro Cultural e de Congressos não nos parece razoável e, portanto, estamos de acordo quanto a esta mudança que se quer dar à Cidade. O problema que se põe, é se existem ou não condições e se encontraram os melhores meios para que de facto tal se possa fazer, para que tal seja executável numa perspectiva financeira.

O primeiro problema que se põe aqui é quando falamos de quinze mil contos de renda mensal, isto ao fim de doze meses dá cento e oitenta mil contos, ao fim de vinte anos, três virgula seis milhões de contos, e aqui fico um bocado perturbado e duvidoso. É que se diz que se vai fazer um concurso internacional para um leasing, e neste momento já se afirma que a renda desse leasing, cujo concurso se vai abrir, é de quinze mil contos mensais. Portanto aqui, naturalmente, haverá alguma explicação, mas para mim reside aqui uma dúvida.

Depois é o plafond de crédito da Câmara Municipal de Aveiro. Explicaram-me na reunião anterior, que tecnicamente não afecta aquele máximo de endividamento que a Câmara pode ter. Eu creio que isto é uma perspectiva essencialmente técnica, porque o problema de existir esse limites, resulta de um estudo que é feito no sentido de saber se a Câmara é capaz de pagar as dívidas, não é uma situação meramente burocrática. Portanto este problema teria de ser considerado. De facto, se durante esses vinte anos suceder que há dificuldades na venda daqueles terrenos, o que sucederá é que então a Câmara poderá ter dificuldades em gerar disponibilidades e pode prejudicar o cumprimento de outras obrigações. Portanto, outra preocupação que se me põe é, que se não estará a Câmara a transferir para o futuro, e sistematicamente, responsabilidades para mostrar obra hoje. Nós já verificamos, já aqui debatemos, já em benefício da dúvida aprovámos um projecto, um endividamento, que foi feito pela Câmara, um valor elevado que se vai prolongar, um pagamento e um nível de endividamento muito grande e de facto, às tantas, com a continuidade deste sistema começamos a perguntar se não estamos a endividar as gerações futuras. Isto é, se para fazer obra hoje, não estaremos a deixar para os nossos filhos ou netos as responsabilidades deste pagamento. Claro que ficaria muito mais descansado se o projecto reconhecesse que era possível ser pago até 2002, que é a data em que acaba o mandato do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores, porque aí as responsabilidades eram inteiramente assumidas por esta Câmara e não de facto transferidas para o futuro. É que parte-se do princípio que isto é tudo muito bom, e que de facto aquele terreno depois se vai vender facilmente e por bom preço. Mas temos de ter em consideração, que Aveiro tem uma população entre sessenta mil a setenta mil habitantes e não tem quinhentos mil habitantes. E nós olhamos e verificamos grandes urbanizações: o Eucalipto; Sá-Barrocas; Agrads do Norte; há outras nas periferias - Quinta do Torto e outras, que neste momento estão a dar uma oferta significativa e a população de Aveiro não é assim também tão grande como isso. Eu desejaria de facto que pudesse ter a certeza sem margem para dúvida, que de facto essa venda seria fácil e aos preços previstos. Mas, quem garante? É que se assim não for, pode-se gerar um problema complicado. E isto preocupa-me, tanto mais, que nos últimos tempos se tem notado um

dispêndio de verbas grandes por esta Câmara, que em certas situações até parece o Tio Patinhas, um pouco, a dar subsídios.

Há outros problemas, nomeadamente quando me lembro que talvez tenha de vir aqui a discussão da participação no capital social de sociedades desportivas, como AVEIRO BASKET, e isto tudo dá ideia de que estamos numa festa. Mas, é evidente que as festas pagam-se. E começamos a verificar, até também pelo Diário de Aveiro, notícias no mesmo jornal em que se fala de «Derrama Aprovada», portanto em que a Câmara vai arrecadar trezentos mil, a quatrocentos mil contos de receita, depois o aumento da Contribuição Autárquica, em que a Câmara de Aveiro encaixa mais cento e trinta e cinco mil contos, porque vai aumentar em trinta por cento a Contribuição Autárquica. E eu às tantas, começo a dizer que talvez os Aveirenses, indo verificar que a festa está-se a pagar, está a ficar muito cara aos bolsos de todos nós. Ora, o que sucederá se estes terrenos não se venderem com facilidade? Vamos ter mais impostos? Apesar disto vamos ter um belo lago na Cidade, (que eu gosto da ideia) mas continuarão a existir freguesias rurais sem saneamento básico. Bom, eu gostaria de colocar estes problemas à consideração, porque de facto este assunto em si, merece-nos todo o apoio à alteração daquele projecto, mas temos de ficar, como Partido de oposição que somos, conscientes e informados, para votarmos em consciência, um meio financeiro de conseguir tal objectivo. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal Rogério Madaíl:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Bem, eu tinha aqui algumas considerações a fazer relativamente à proposta que nos é posta para analisar. Quanto aos objectivos, penso que eles são plausíveis e são interessantes. Quanto aos meios, eu penso que não são os melhores. Faltou aqui um pouco mais de imaginação na área da engenharia financeira, para evitar que a Câmara esteja a assumir riscos que na minha opinião são desnecessários. E penso, que era uma questão de maior capacidade de negociar com os detentores dos prédios, de forma a ultrapassar toda esta envolvimento. Relativamente a este leasing financeiro, não há dúvidas que isto é uma forma de financiamento indirecto à Câmara, ninguém tem dúvidas. Como sendo uma forma de financiamento, vai aumentar as responsabilidades da Câmara. Agora, a negociação que foi feita quanto à forma e ao timing, é que me parece que ela poderia ser melhor. Porque relativamente à forma, haveria outras maneiras de a Câmara tentar negociar. Temos muitos empresários na nossa praça, que poderiam vir a comprar esses edifícios e depois, fazer um negócio no sentido de ser vendido à Câmara ou a quem ela designar, ou seja, no sentido de transferir automaticamente logo a posse dos terrenos directamente para os construtores. Esta é uma delas, mas há mais, é uma questão de pensar. Porque a nível de engenharia financeira as soluções são sempre muitas e eu penso que foram pela mais onerosa, na minha opinião. Além disso, põem-se aqui algumas hipóteses de inclusivamente a Câmara entrar em especulação imobiliária, porque diz que se vai ganhar dinheiro. Só que o problema da especulação tanto pode dar para ganhar, como para perder e às vezes perde-se. Cuidado porque o mercado imobiliário hoje está bom, mas pode não estar bom daqui a uns tempos e resolver a coisa na altura é mais fácil. Discordo ainda de uma afirmação feita pelo Sr. Presidente, segundo eu ouvi, diz que esta operação não envolve dispêndios de liquidez. Eu penso que sim. Envolve dispêndios de liquidez e bastantes fortes numa primeira fase, porque não se vai vender logo automaticamente isso. Permita-me ainda chamar a atenção, que o cálculo da renda não são quinze mil contos, mas são vinte e dois mil zero sessenta e dois contos, há uma diferença; admitindo e eu não acredito que consigam, ter uma taxa inferior a cinco por cento. Portanto, fazendo uma taxa de cinco por cento em vinte anos, com um valor residual de dois por cento, é uma questão de fazer contas qualquer economista sabe fazer estas contas. Três milhões e quatrocentos mil contos, isto dá vinte e dois mil zero sessenta e dois oitocentos e setenta e um escudos. Portanto, isto é uma

questão de formulas, os cálculos estão mal feitos, permita-me que corrijam estes elementos. Outra afirmação que é feita aqui: «foi necessário encontrar uma forma de pagamento que não onerasse directa e imediatamente o orçamento camarário». Eu penso que vai onerar o orçamento camarário, enquanto não forem vendidos os terrenos. Depois mais à frente fala-se que: «o esforço financeiro pedido à Câmara e mesmo esse, só depois do período de carência enquanto não se começar a vender os lotes» ou seja, quanto ao período de carência vai ser um bocado difícil de negociar, mas que período de carência? Quanto tempo é que vão demorar a vender os terrenos? Um contrato de leasing em termos internacionais tem que ter todas as condições fixadas à cabeça, não pode ser assim: olhe depois a gente vê qual vai ser o período de carência em função do que vamos vender. Como é que vão definir isso? Quer dizer, há aqui um risco muito grande, é preciso ter bastante cuidado com isso. Por isso é que eu digo quando concluem: «sem que exista risco para o município», eu digo, cuidado! É capaz de haver riscos que podem ser bastante fortes. Por isso é que eu penso, que em nossa opinião, se fossemos nós, éramos capazes de apresentar outros meios, com um bocadinho mais de imaginação, porque a engenharia financeira permite muita coisa e com uma capacidade mais forte perante os detentores dos prédios. Eu penso que pagar-lhes em Novembro, a empresas deste género, ou pagar-lhes em Fevereiro ou Março, não vai daí grande problema. Penso que a menos que haja uma pressão muito grande, tudo isto poderia ter sido melhor.

Só mais uma outra questão, duvido também, mas podem dizer assim: não, mas nós vamos antecipar o pagamento do leasing - menos dez anos ninguém vos faz um leasing. E a antecipação do leasing tem penalizações fortes, pode representar encargos financeiros bastante fortes. Aí também têm de ter bastante cuidado com essa negociação e existem aqui uma série de factores que relacionam todo o contrato de leasing, com toda a obtenção das receitas, para poder satisfazer esta parte que pode criar fortes problemas financeiros para a Câmara. Oxalá que não! ... se isto for feito. Fica a nossa preocupação forte nesta área. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente. Como já foi aqui enunciado pelo Sr. Presidente da Câmara, este assunto prende-se com uma densidade de construção, que em determinado momento e a troco de contrapartidas pelos executivos antecedentes, foi entendida como equilibrada.

Hoje, evidentemente, os conceitos de urbanismo mudaram e isso foi apreendido por alguns dos executivos anteriores, ou seja, teve uma evolução no sentido de redução da cércea, isso é claro; os urbanistas sabem-no perfeitamente. E daí também a preocupação dos executivos anteriores em tentar resolver esta questão da cércea, que era questão extremamente preocupante para os Aveirenses e sobretudo para esses executivos. E não é por acaso, que desde oitenta e dois até hoje, na verdade se não tivesse ali sequer ensaiado o lançamento da primeira pedra de qualquer construção. É patente que isso era preocupação. Este problema é naturalmente aceite pelos Aveirenses e naturalmente aceite por nós, por mim e parece-me por todas as pessoas interessadas no progresso de Aveiro. Digamos que o fruto amadureceu e amadureceu, porquê? Urge perguntar; porquê agora a solução? Isso é questão que não está bem explicada, mas que as circunstâncias podem trazer-nos alguma luz. Já aqui foi dito e é verdade, que existe hoje um desenvolvimento muito grande em projectos de execução de construção de zonas urbanizadas. Designadamente o Côjo; Sá-Barrocas; o Eucalipto; sobretudo o Côjo ali vizinho deste empreendimento, porque não podemos esquecer-nos que este negócio do ponto de vista da venda por parte da AVEIRIA, se apresenta como prejudicial, aparentemente prejudicial, do ponto de vista dos interesses do vendedor, naturalmente benéfico ou favorável para Aveiro e para a Câmara. Mas temos de ter em conta que do lado de lá estão argutos peritos de investimentos e financeiros. Portanto

não será por acaso que eles vêm agora oferecer a venda dos terrenos. Por ventura estarão também aí outras razões, que poderiam ser perscrutadas (eu não o fiz), poderiam ter sido feitas, não sei se aí se colheria algum benefício para o interesse de Aveiro, qual seja hoje a garantia que teria AVEIRIA, em executar aquilo que constava da escritura, sobretudo em face dos PDM, da legislação sobre urbanismo que veio, não se sabe disso, não se sabe hoje qual a validade dos direitos, é questão que se deveria pôr, portanto que eu ponho sobre interrogação, mas por ventura tudo isto poderia ter sido visto. De qualquer maneira, entendo e reitero-me ao princípio que este negócio, é aparentemente bom para o município. Agora, já me causa alguma apreensão a maneira como esta Assembleia e reconduzo-me a isso, outra vez, como esta Assembleia está a ser tratada. Porque no meu entender, o que está aqui em concreto é que esta Assembleia autorize a Câmara a negociar a compra dos terrenos, o leasing é por definição da natureza deste tipo de contrato, é o comprador, é o interessado, o financiado, o locador que escolhe o objecto, portanto a Câmara, vá comprar um terreno sobre uma forma de contrato financeiro, ou seja, de financiamento através de leasing, para adquirir no final por um valor residual. Seria importante e isto aparece-nos aqui com dados meramente indiciários e portanto, o respeito ainda assim por esta Assembleia. A meu ver, deveria estar aqui presente para nós nos debruçarmos validamente e tomarmos opinião séria, concreta e consciente, sobre este assunto, um perfeito e bem elaborado caderno de encargos do qual estão indiciados alguns elementos. Diz-se aqui a certa altura, na intervenção do Sr. Presidente perante a Câmara: - essa leasing irá aceitar que a Câmara promova a venda dos lotes a terceiros e que antecipe o pagamento do leasing parcialmente à medida que for vendendo os lotes e aceitará também proceder também a um novo loteamento nos terrenos em questão, de modo a que a construção não exceda cento e doze mil metros quadrados, nem seja inferior a cem mil. E depois, tudo isto constará de um caderno de encargos. Era bem que isso consta-se já aqui, para a Assembleia saber e é questão importante e já lá vou a outra, que isso estivesse aqui, para quê? Porque nós precisaríamos de saber isso e precisaríamos de saber porquê? Porque pelo que já se intuí aqui, esta Câmara no âmbito desta negociação global, irá conformar, desenvolver aquela zona de urbanização completamente à revelia desta Assembleia e não devia fazê-lo, é uma zona demasiadamente importante para que a Câmara o faça sozinha. Com isto, quando se diz aqui: - vamos promover o loteamento, segundo o decreto quatrocentos e quarenta e oito de noventa e um, há-de a Câmara desde logo dizer, que prédios, que construção, que zona de ocupação, que envolvências e tudo o mais que deve pertencer a um plano de urbanização. Não é crível, que na circunstância deste contrato a Câmara vá fazer previamente um plano de urbanização e só depois venha executar o loteamento. Vai fazer precisamente ao contrário. Há-de a Câmara fazer o que afinal já fez, recentemente com a urbanização das Glicínias. Portanto, a Câmara ao promover o loteamento, como aqui prevê, nunca o fará tendo previamente feito aprovar um plano de urbanização e portanto vai condicionar o que se fará naquela zona, sozinha porque não trás nada disso a esta Assembleia. Portanto seria importante que tivesse trazido um caderno de encargos, completo para se averiguar esta situação. E a meu ver esta é a questão mais lateral mais importante e decisiva nesta questão. Com esta aquisição também tem em mente a Câmara e nomeadamente o Sr. Presidente, porque é promessa eleitoral do executivo Socialista que ganhou justamente estas eleições, fazer o Lago. Lago esse, que nós Aveirenses, munícipes em geral, membros desta Assembleia, não conhecemos, que Lago será esse quando já se removem areias, quando já há intenção de fazer esse Lago sem nós sabermos e sem sabermos sobretudo, apesar das múltiplas instancias já aqui feitas, ao Sr. Presidente; - quanto nos vai custar esse Lago? A que percentagem de saneamento básico ainda nos falta iremos renunciar a troco de um Lago? A quanto tempo retardaremos o 'Metropolitano de Superfície' a troco desse Lago, paradoxalmente numa terra que é toda ela água, basta sobrevoar Aveiro, toda ela à volta é

água. Pergunto eu, sem provincianismo, não seria melhor completar a rede de saneamento? Não seria melhor, esta Câmara e o Sr. Presidente olharem para Eixo, onde até agora não se fez um metro de obra desde o início da acção deste executivo? Para Oliveirinha, para Aradas onde surpreendentemente parou a meio a obra viária de melhoramento da via e de saneamento, para S. Bernardo, para todas as freguesias, porque no meu entendimento, já aqui disse isso há tempos, esta Câmara e o Sr. Presidente, tem os olhos bem virados, vêem bem a Glória e a Vera Cruz, mas não tem atenção nenhuma para as outras freguesias, urge fazer isso, por ventura à custa do Lago. Portanto e para concluir, a minha opinião este negócio, é bom, deve ser votado favoravelmente mas com esta condição sublime: o Sr. Presidente e a Câmara não devem nunca, autorizar aquele loteamento mesmo sem a obrigatoriedade de o trazer aqui, de deixar de o fazer. Portanto, devem trazer este loteamento, para nós sabermos em que medida vai ser condicionado o Plano de Pormenor de Urbanização daquela zona que é sabida, a mais nobre de Aveiro”.

Entretanto entrou na sala o Vogal Joaquim dos Santos Abreu.

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós estamos fartos - passo a expressão - de dizer, que aquilo que está previsto para o chamado Plano de Pormenor do Centro, aquilo que está previsto com os compromissos assumidos em mil novecentos e oitenta e dois, para a zona envolvente da Fábrica Pereira Campos, é algo de excessivo, é algo que não interessa a Aveiro, é algo que hoje urge rectificar e é importante que seja rectificado. Daí que quando vemos a Câmara pretender tomar posse de terrenos que têm toda essa carga de compromissos em cima, por um valor que afirma que pode recuperar, em determinadas condições. A primeira sensação que temos é de que, estamos perante algo que deve merecer o nosso apoio e estamos dispostos a analisar a operação no seu conjunto para definir uma posição. Entretanto, pela forma como a proposta nos é apresentada, por aspectos que permanecem obscuros e que não foram clarificados com a intervenção inicial do Sr. Presidente da Câmara, temos algumas dúvidas, não em relação ao objectivo, mas em relação à forma como ele se pretende atingir e muitas dúvidas em relação aquilo que se pretende para o futuro. Portanto, são estas as questões em linhas gerais que nós temos, a colocar.

A primeira questão prende-se com a operação financeira. Já outros Srs. Deputados e outros membros da Assembleia Municipal, colocaram e quantificaram várias dúvidas e várias objecções que é necessário que a Câmara esclareça, nomeadamente para sabermos, se esta operação leasing tem a bondade que lhe é atribuída. Parece-nos evidente que estamos perante uma forma de fugir à figura do empréstimo, que seria necessariamente justificada, quantificada aqui, com números certos nesta Assembleia. Esta operação deveria obrigar, penso que há aqui alguma carência legislativa, no que diz respeito à utilização do leasing, com esta dimensão nas autarquias, mas de facto quando se diz que há uma rede de cerca ..., de facto, o cerca pode variar entre balizas que já vimos poderão ir até aos vinte e dois mil contos, portanto este cerca é muito pouco seguro. Há portanto, conforme foi dito, encargos, riscos, ao contrário daquilo que é afirmado na proposta. Digo até, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que em alguns pontos, em alguns momentos daquilo que nos é apresentado nós ficamos sem perceber bem, quem vende, quem compra, quem vende o quê e a quem. Principalmente quando entra aqui, a Caixa Geral de Depósitos que embora conste da deliberação, o Sr. Presidente foi completamente omissos na sua intervenção verbal inicial. Portanto, aquilo que nos foi dito na deliberação camarária, é que se a Câmara não conseguir resolver a operação leasing até trinta de Novembro, que a AVEIRIA já salvaguardou a realização dos três milhões de contos, através de um contrato de promessa

de venda à Caixa Geral de Depósitos e o Sr. Presidente coloca a necessidade de negociação com a Caixa Geral de Depósitos, para que esta possa posteriormente vender à leasing que indicar pela Câmara, por este preço. Era bom que clarificasse bem, até para nós percebermos o que é que estamos aqui de facto a deliberar. E eu apelava à Mesa, nomeadamente ao Sr. Presidente, para ver se consegue definir claramente o objectivo e o objecto da deliberação desta Assembleia Municipal. Porque esta definição, é uma questão essencial quer para a votação, quer para o futuro. Portanto, não me parece perfeitamente claro qual é o objectivo da deliberação. Porque se formos pelo título da deliberação camarária, temos: «aquisição de bens e posterior alienação dos terrenos pertencentes à AVEIRIA». Sr. Presidente, se esta alienação significa que nós estamos aqui hoje a autorizar o loteamento futuro e as vendas correspondentes aos loteamentos futuros, Sr. Presidente, eu quero dizer que não pode ser, não pode ser. Portanto, havendo um futuro loteamento, a venda de cada parcela desse loteamento se for superior a vinte e cinco mil contos e penso que todas serão superiores a vinte e cinco mil contos (não acredito que haja um lote ali, que seja vendido abaixo deste preço), terá que vir a autorização correspondente à Assembleia Municipal. Porque a Assembleia Municipal, tem que fixar as condições gerais de alienação do património. A partir do momento em que se faça a operação, não compartilho da posição do Sr. Dr. Nascimento, entendo que esta Assembleia vai ter que aprovar, caso a caso, cada um dos loteamentos que forem aprovados. Por isso, lanço-lhe o desafio Sr. Presidente, de não optar pela figura do loteamento, mas sim pela do Plano de Pormenor e de trazer a esta Assembleia o Plano de Pormenor do Centro, que integre as opções da Câmara para aquele local, por forma a ratificar de uma maneira global e integrada, o conjunto das opções da Câmara, para que esta Assembleia possa pronunciar-se sobre essas opções e decidir sobre essas opções. Não nos traga, prédios isolados, autorização isolada de prédios, traga-nos um plano para aprovação e depois sim as respectivas alienações. Portanto, esta é uma questão fundamental na nossa apreciação. Porque, se é verdade que estamos de acordo em diminuir a carga construtiva daquela zona, estamos de acordo em determinado tipo de soluções, também é verdade, que precisamos de conhecer no concreto, o que é previsto para podermos votar definitivamente em acordo ou desacordo com essa questão. Estamos hoje aqui a pronunciarmo-nos única e exclusivamente sobre a aquisição e a operação financeira, quando para haver a operação leasing, há pelo menos a garantia de que haja uma determinada área construtiva entre os cem mil e os cento e doze mil metros quadrados, nos lotes que ali ficam. Mas entre os cem mil e os cento e doze mil, há doze mil metros quadrados de construção que é praticamente dez por cento do conjunto. É uma variável importante. Portanto, traga-nos no futuro as opções do município, as opções da Câmara, para que este órgão municipal se possa pronunciar. Já agora Sr. Presidente, há uma questão que eu penso que era também cordial esclarecer nesta Assembleia. É que no meio deste negócio ficam dois lotes de fora; são os dois lotes que são propriedade da EDP. Ora, o que é a Câmara pensa fazer em relação aos dois lotes da EDP? Se pensa também negociar, que tipos de compromissos é que eles têm em cima, de forma a saber como é que é resolvido o conjunto do problema urbanístico, que há agora a resolver com a aquisição destes terrenos caso a Assembleia decida nesse sentido.”

Vogal Raúl Martins:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Aproveito para cumprimentar os colegas e os membros do Executivo, que não tive ocasião de cumprimentar pessoalmente. Gostaria de fazer algumas referências a este processo começando por tecer alguns comentários, breves, àquilo que o Sr. Prof. Britaldo disse. Considero o Prof. Britaldo uma pessoa intrinsecamente séria e portanto o seu discurso resvalou precisamente na seriedade. E resvalou na seriedade fundamentalmente (e perdeu os tais considerandos políticos), quando apresentou o exemplo

correcto, quando se referiu ao Sr. Presidente da Câmara, referindo-se-lhe como “O Tio Patinhas”, é óbvio que o Tio Patinhas, na concessão que eu tenho de Tio Patinhas e naquilo que aprendi, é obviamente tudo menos um esbanjador. Foi um homem que consegui a sua fortuna, arrecadou-a como garimpeiro nas margens do “Klondike”. Nós gostaremos que o nosso Presidente da Câmara seja considerado efectivamente o Tio Patinhas da Cidade. Porque de facto, o problema que se põe aqui e é um problema, penso, profundamente demagógico de endividar as gerações futuras, penso que é não mais do que isso; que é um problema demagógico. Deixa-se uma dívida, mas deixam-se activos. E quantos de nós não gostaríamos que os nossos pais, que os nossos avós, não se tivessem endividado em tempo, em três milhões e meio de contos, para nos deixar (não os terrenos do Còjo) mas uns outros quaisquer terrenos para nós infelizmente termos de pagar. Eu gostava que reflectissem isso e que não fossemos para coisas de pormenor e para coisas sem importância maior, porque o cerne da questão, o que é aqui levantado para mim, não é o negócio imobiliário, para mim o que é levantado aqui ou o que é importante é a possibilidade de esculpir, de marcar, de desenhar o centro de uma Cidade moderna, aberta, voltada para o futuro. E isso, não tem preço. Nem se tem que fazer as contas ao tostão, se são vinte e dois mil e sessenta e dois contos ou se são vinte e um mil oitocentos e cinquenta e três. Porque de facto, vale a pena para a Cidade e vale a pena correr o risco, há sempre risco. Em tudo o que nós fazemos há risco. Quem é que tem alguma coisa por certo? E no mundo de hoje quem é que tem alguma coisa em termos negociais, como certo? Se alguém tiver diga-me, que eu também preciso de ganhar algum, que isto aqui na Assembleia Municipal dá pouco.

Quanto ao Sr. Dr. Nascimento, Hoje estamos em dias de perdões ou de pedir perdão; ouvimos na televisão o perdão do Clinton, já aqui ouvimos o perdão ou o pedido de desculpas do Sr. Presidente da Câmara e ouvimos ao fim e ao cabo implicitamente aqui um pedidos de desculpas do Sr. Dr. Nascimento. Quando demagógicamente diz que o Lago vale três mil metros de saneamento em Aradas e não sei quantas mais, ou vinte e três quilómetros de asfalto. Isso é pura demagogia. É o reconhecimento implícito de que o poder que esteve à frente desta Câmara, durante este tempo todo, afinal não tinha resolvido os problemas da Cidade e do Concelho. Era só isto que eu queria dizer”.

Entretanto entrou na sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Bom eu vou então procurar esclarecer as dúvidas que foram suscitadas. Em primeiro lugar, ali pelo Sr. Professor Britaldo. Há de facto uma estimativa de quinze mil para o primeiro ano e essa estimativa tem que se fazer, sem ter havido concurso, naturalmente. Foram feitos contactos informais para se saber o que é que as empresas praticam no mercado, para podermos ter uma ideia aproximada do que é que estamos a falar. Não poderia deixar de ser assim, sob pena de partirmos para uma aventura completamente desconhecida e não poderíamos ser tão irresponsáveis, não termos uma noção aproximada de quais são os encargos que a autarquia pode suportar. De facto o Sr. Professor referiu e bem, trata-se de uma questão técnica no que toca à capacidade de endividamento, não entra para o cálculo da capacidade de endividamento e isso é muito importante. Porque de facto, os terrenos enquanto forem adquiridos pela leasing, são propriedade da leasing e só passam para a totalidade do Município, uma vez a opção de compra exercida e, portanto, se a Câmara não tiver capacidade de pagamento e de honrar o compromisso da renda o que acontece, o grande risco que era aludido pelo Dr. Madaíl, o risco é nenhum. É que os terrenos continuam na posse e na titularidade da empresa de leasing e pura e simplesmente nós não conseguimos vender mais lotes. É evidente que é um risco de mercado, o Dr. Raúl dizia e bem, é preciso um bocado de risco na vida e esta

operação sem dúvida que envolve algum risco. Mas as avaliações que nós reunimos e foram feitas por pessoas experimentadas, indicam-nos que o risco de negócio e de mercado, neste caso concreto, é francamente diminuto. Se os terrenos de que estamos a falar que estão no centro da Cidade há dezasseis anos à espera de serem urbanizados, não são um bom produto de mercado e se aqueles terrenos são terrenos a risco, então meus amigos qualquer outro terreno em outras zonas da Cidade tem muitíssimo maior risco e, portanto, eu sinto-me particularmente à vontade em relação à questão do risco do mercado, mas para não me fiar no meu cálculo pessoal, como leigo a avaliar o mercado. De facto, fomos, penso eu que sérios nisto e distribuámos o processo com uma avaliação dos serviços internos, requeremos uma avaliação externa e temos de facto informação que nos dão uma grande folga financeira para esse risco de mercado. Também não partilho da sua ideia de estejamos a transferir responsabilidades para o futuro. Eu acho que se nós não aproveitarmos esta oportunidade, nós estamos é a adiar problemas para o futuro. Foi essa a postura da anterior gestão, foi estar dezoito anos sem nunca ter tido a imaginação, por pouca que fosse, não foi precisa muita para chegar aqui, estou de acordo, não foi precisa muita para chegar a uma solução destas, mas uma solução que desbloqueasse a situação daqueles terrenos. Eu acho portanto, que tem sido essa a postura desta Câmara, a de procurar resolver hoje os problemas com que a Cidade se confronta, tenham eles as origens que tiverem e legar ao futuro justamente, como dizia o Raúl Martins e muito bem, alguns activos, algum valor acrescentado, em termos da construção da Cidade do que pode ser uma Cidade e um espaço muito bonito.

Depois o Dr. Rogério Madaíl, suscitou uma serie de questões, mais técnicas. Se aqueles terrenos não fossem vendidos à Câmara, naturalmente podem ser vendidos a um grupo de empresários, mas é evidente que o preço não era o que foi. O preço seria talvez aquele para que apontam as nossa avaliações pedidas. Porque este preço só é possível, porque a Câmara é um parceiro privilegiado que controla uma serie de mecanismos de ordenamento e de preço, como bem sabem. Essa hipótese, é manifestamente irrealista. E porque Diabo é que esses investidores privados, depois de terem feito uma aquisição a bom preço e a preço de mercado, naturalmente, iriam negociar com a Câmara noutras condições, não vejo que essa hipótese seja uma hipótese realista e em todo o caso, não me interessa muito. Interessame é que eu tenha um produto de mercado que é proposto à venda, a preço que é muitíssimo bom e acho que devo agarrar essa hipótese. Torno a afirmar, que não há dispêndio de liquidez para pagamento do preço, não há. Nós vamos apenas despender liquidez, para pagar a renda, porque como o Sr. Dr. sabe, a totalidade do preço paga-se no fim do contrato e o que eu quero dizer com isto, talvez e posso explicar melhor, é que a Câmara não tem que desembolsar três milhões e quatrocentos mil contos, agora, para entrar na posse destes terrenos, vai apenas despender e findo o período de carência, ou seja, porque pode haver um período de carência, só nessa altura é que começará a pagar a primeira renda. Quanto à carência ou não carência, como o Sr. Dr. sabe a legislação, prevê um período de carência nos contratos de locação financeira e salvo erro o período máximo é de um ano, mas é uma questão de pormenor. Quanto às contas estarem mal feitas, eu Sr. Dr., não sei qual foi a sua base de cálculo; se foi vinte anos como referiu, talvez tenha razão. Eu chamo a atenção que no memorando que segui para a Câmara, se fala num mínimo de vinte anos. Portanto estão aqui feitas as contas, provavelmente para mais, para vinte e dois ou para vinte e cinco daí a diferença, entre os vinte e dois e os quinze mil. Mas reconheço, que estamos a falar de valores que consoante as propostas que nos apareçam no concurso, oscilarão entre quinze mil e vinte e um mil, vinte e dois mil. A diferença de cálculos tem haver com o número de anos, que se contam no total do prazo. O que nós vamos exigir no concurso é que seja pelo menos vinte anos. Mas podem aparecer propostas a vinte e dois anos, a vinte e quatro anos, a vinte e cinco anos e naturalmente com diferenças na renda

que virá a ser paga.

Bom, a questão da antecipação do leasing, foi um dos aspectos mais originais, desta operação. É que de facto, normalmente a opção de compra exerce-se pela totalidade. O que vamos exigir no caderno de encargos às empresas de leasing, é que as candidatas vão aceitar logo à entrada - e é condição de aceitação - proceder a uma amortização parcelar do leasing em função dos lotes vendidos, ou seja, à medida que a Câmara vai vendendo um lote, pega no dinheiro da venda desse lote e exerce opção de compra em relação a esse lote. Com este esquema, ou seja, garantida a disponibilidade da empresa de leasing, para ir reduzindo gradualmente a locação financeira à medida dos valores dos lotes que são vendidos pela Câmara, a Câmara consegue ir vendendo os lotes, amortizando o leasing e eventualmente realizando mais valias. Portanto, se tudo correr bem, o tal mercado sobre o qual temos que arriscar, com um bocadinho de sorte, conseguimos vender os lotes todos e ainda vir a ganhar dinheiro e, portanto, fazer uma excelente operação.

Sr. Dr. Nascimento, porque é que não trazemos um caderno de encargos completo? Eu devo dizer que a minha preocupação foi a de trazer à Assembleia e neste memorando, todos os elementos essenciais do caderno de encargos. O Sr. Dr. conhece bem os cadernos de encargos, tem disposições fastidiosas desde a morada, o endereço, etc, etc. O que é fundamental que a Assembleia aprove, são de facto as características mínimas ou máximas dentro do qual o caderno de encargos, tem que inserir. Porque, enfim, pareceu mais operacional por um lado, não esconde por outro lado que estabelecidas as balizas mínimas e máximas, pode haver vantagem técnica onde se diz que o concurso é por vinte e dois anos, seja por vinte e três. Há pequenos ajustamentos técnicos para os quais vale a pena ter alguma margem de manobra, mas que em todo o caso se enquadrarão nos limites mínimos e máximos aprovados pela Câmara, e seria uma má forma de trabalharmos, sobrecarregar a Assembleia com dezenas de páginas, que como conhece, muitas delas são meramente formulários para ser preenchidos e resumindo-se as condições essenciais da operação a uma coisa muito simples que está aqui espelhada, neste memorando. Mas queria dizer também o seguinte, eu queria garantir a toda a Assembleia que ..., bem o Sr. Dr. Nascimento disse, que gostava de saber que percentagem de renúncia de saneamento que vai implicar a feitura do Lago. Eu queria dizer com toda a clareza, ZERO. ZERO, Sr. Dr. Nascimento. Eu não vou deixar um metro de saneamento por fazer por causa de fazer o Lago. As mais valias que vamos conseguir nesta operação vão-nos permitir fazer muitas obras nas freguesias e arrisco mesmo mais, nós vamos chegar nos próximos anos a uma taxa de saneamento que rondará os noventa por cento e quero dizer isto publicamente e assumindo o risco do que estou a dizer. Eu tenho a intenção de nos próximos anos e estou a falar obviamente do meu mandato, chegar a uma taxa de cobertura de noventa por cento que é um número extraordinário. Como sabem, está a ser feito neste momento o saneamento na Taboeira, está a ser feito o saneamento na zona industrial da Taboeira e está a ser feito o saneamento na Quinta do Loureiro, vamos a breve trecho avançar para Oliveirinha e para Eixo, que são as duas áreas onde agora é necessário avançar e portanto queria garantir à Assembleia, porque é uma preocupação minha também, que até ao fim do mandato vamos ter talvez mais de noventa por cento do saneamento efectuado.

Sr. Salavessa, fugir ao empréstimo ... bom, isso dito assim é um bocado pesado, de facto a lei prevê algumas possibilidades. Trata-se de um financiamento indirecto que está disponível no conjunto dos produtos financeiros que a lei prevê, mas é mesmo assim, e a razão da diferença do regime reside naquilo que eu lembrei a um bocado; é que o bem continua na propriedade de quem está a financiar e portanto o risco de quem financia é nulo. Se o terreno é bom, se o locador deixou de pagar a renda, resolve-se o contrato, o proprietário do terreno pega no terreno e vende a terceiros. Portanto, aí não há dúvida, é um financiamento indirecto, mas que a lei prevê e eu à cautela tive o cuidado de consultar a

CCRC, para saber se eventualmente haveria interpretação, que considerasse isto como um factor que entrasse para a capacidade de endividamento e foi-me dito e reafirmado com toda a segurança que não entra porque de facto nem podia deixar de ser assim. Claro, os empréstimos entravam como todos sabemos.

Depois uma outra questão que aflorou e muito bem e que eu me abstive de falar na minha primeira intervenção para não complicar muito logo de entrada a apresentação da operação, mas que faz todo o sentido esclarecermos agora. A operação está estruturada deste modo: haverá um concurso público internacional para se seleccionar uma leasing que tem que pagar o preço à AVEIRIA até trinta de Novembro. Mas isto pode falhar, pode falhar desde logo porque os prazos são apertados, pode haver uma reclamação ao concurso pode a leasing que vier a ser seleccionada atrasar-se por qualquer motivo, dizer que tem a possibilidade de pagar a pronto e depois não pagar e atrasar-se. Bom e então a AVEIRIA precaveu-se e irá contratar uma espécie de garantia para o caso de o pagamento não ser feito a tempo. Essa garantia consiste num contrato de promessa com a Caixa Geral de Depósitos, nos termos do qual, caso a leasing que vier a ser seleccionada pela Câmara não pague atempadamente, no prazo, a Caixa Geral de Depósitos compra os terrenos à AVEIRIA, e por essa via a AVEIRIA consegue aquilo que quer, que é ter três milhões e quatrocentos mil contos no dia trinta de Novembro, seja pela leasing, seja pela Caixa. Se isto suceder e já estamos a falar de uma hipótese em que corre mal o concurso público internacional e em que não é possível pagar o preço. Se isso suceder, obviamente a Câmara interessa-lhe não sair desta operação e, portanto, há todo o interesse em vincular a Caixa Geral de Depósitos, que nessa altura é dona dos terrenos, vincular a Caixa Geral de Depósitos com a Câmara, no sentido de fazer uma operação equivalente aquela que a AVEIRIA ia fazer, com a leasing que vier a ser seleccionada pela Câmara, ou seja, a Caixa Geral de Depósitos compromete-se com a Câmara, que venderá os terrenos à Sociedade de Leasing que vier a ser escolhida pela Câmara. Bom isto tem um custo acrescido, naturalmente, porque neste segundo momento a Caixa teve que pagar encargos, designadamente escrituras, sisas, etc. e portanto, há esse custo acrescido e é um dos pontos que eu queria frisar bem para que não houvesse ambiguidades. Mas portanto, isso é para a hipótese de tudo correr mal, digamos assim. Se tudo corresse ainda pior, vamos pensar que tudo corria ainda pior, ou seja, que falhava a primeira leasing, a Caixa Geral de Depósitos comprava os terrenos e falhava a segunda leasing, o que é que acontecia? qual era o risco para a Câmara Municipal? E por isso eu me sinto muito à vontade em submeter esta operação à Assembleia. O risco da Câmara é ZERO. Tudo regressa à situação normal, com a diferença de que os terrenos entretanto mudaram de mãos; mudaram das mãos da AVEIRIA para a Caixa Geral de Depósitos e pelo caminho reduzimos trinta e tal mil metros de construção, ou seja, não vejo risco rigorosamente nenhum para a Câmara Municipal de Aveiro.

No caderno de encargos, ficará uma cláusula que vincula a concorrente a aceitar uma redução da área de construção de cento e quarenta e oito mil, para cento e doze mil metros no máximo, cem mil no mínimo e em conjunto elaborar um novo loteamento com a Câmara, ou seja, quem concorrer ao concurso já sabe que o terreno que vai comprar, os lotes que vão comprar não vão permitir cento e quarenta e oito, mas sim cento e doze e mesmo assim acham que vale a pena, porque da facto, a avaliação que têm em mãos e que foi distribuída confirma, apenas cem mil metros quadrados de terreno de construção ali, continua a ser um preço muito bom. E portanto, há esta abertura para reduzir logo no concurso público a área de construção.

O P.P. do Centro. Nós temos naturalmente que constituir um novo loteamento e o P.P. do Centro é para ser feito. Eu não estou em condições de neste momento de dizer que vamos fazer tudo ao mesmo tempo, porque o Plano de Pormenor do Centro pode levar um ano e

meio a ser feito, mas é claro que nós estamos pelo menos com esta operação, a garantir uma coisa; é que o anterior deixa de ter validade e que há abertura do novo proprietário para em conjunto com a Câmara, aprovar um loteamento que seja do agrado de todos. É evidente que o ideal, e eu também estou de acordo, para uma área sensível como esta e a Câmara está empenhada nisso, haverá um plano de pormenor para o Centro que é uma zona que merece sem dúvida nenhuma esse instrumento de planeamento. Os dois lotes da EDP, o Sr. Salavessa não se esqueceu deles e a informação que eu tenho, é que um deles entretanto já foi vendido à Câmara e, portanto, está o problema resolvido, o outro lá está; não está nos planos da Câmara neste momento, não entra neste negócio, irá ser visto a seu tempo se justifica ou não adquiri-lo para poder ordenar a área na sua totalidade. E penso que de momento respondi às questões todas”.

Vogal Gaspar Albino:

“Obrigado Sr. Presidente. Meus Senhores, eu acho que para além de tudo aquilo que já foi dito quanto ao mérito e demérito do negócio, importa-me acima de tudo considerar, que estamos face à zona para mim mais nevrálgica, sob o ponto de vista urbanístico, que Aveiro neste momento contém. E se por um lado, este negócio deixa antever uma reformulação de tudo o que até agora estava previsto em termos de construção para a zona envolvente do Centro de Congressos. A verdade, é que para além disso, há outros terrenos que não estão contidos neste negócio e que deveria merecer igual interesse e empenho da Câmara. Estou-me a referir concretamente aos terrenos que bordejam, para quem olha de frente para o Centro de Congressos, estão do lado direito do Canal do Côjo e julgo que devo definir como sendo do Marmorista, da Fábrica ARTIBUS e da ex-oficina dos Bandarras. Julgo que de outra forma, não se poderá pensar qualquer plano com cabeça tronco e membros para aquela zona se não se considerarem esses terrenos que estão aí encravados. Eu não sei se a Câmara já estará a fazer algumas diligências nesse sentido, mas a meu tempo regressarei ao tema, mas gostaria que de algum modo ficasse esclarecido”.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Eu começava esta minha intervenção por agradecer, digamos assim, a convocatória desta Assembleia para discutir este assunto. É obviamente um assunto urgente para a Cidade, é obviamente um assunto de grande importância para a Cidade, é obviamente um assunto que merece que esta Assembleia se debruce e o estude aprofundadamente, o discuta aprofundadamente, o critique dentro dos limites que possam ser os limites razoáveis. Agradeço também ao Sr. Presidente, o esforço que fez por enviar a esta Assembleia a documentação por si considerada, básica, para a avaliação deste processo e não posso deixar de classificar esta informação como básica, porque eu próprio dei por falta e certamente os Srs. também, de uma peça importantíssima na documentação que nos foi enviada e essa peça era a acta da deliberação de Câmara, onde este assunto foi aprovado por unanimidade, ... não vinha. Foi entregue dois dias depois, porque eu tive o cuidado de vir aos serviços avisar que faltava. (eu sei que foi entregue e obrigado pelo esclarecimento Sr. Presidente).

Ora bem, estamos todos acima do plano da intriga, estamos todos obviamente acima do plano da mesquinhez política, porque este negócio tal e qual é apresentado, é um negócio que claramente desvaloriza todas estas questiúnculas que por vezes aqui se passam na Assembleia Municipal, desvaloriza todas estas picardias que aqui se passam. E parece-me obviamente e entrando no assunto, que este é um bom negócio. Parece-me com base numa avaliação de uma entidade privada, que avalia os terrenos em cerca de seis milhões e novecentos mil contos, parece-me com base numa avaliação da Câmara Municipal de Aveiro, do Departamento Técnico ou de Planeamento da Câmara Municipal de Aveiro, que

tendo em conta obviamente, o risco de mercado, desvaloriza os terrenos em um milhão e trezentos mil contos e portanto já só lhes dá um valor de cinco milhões e seiscentos mil e parece-me finalmente que a Câmara só vai pagar por eles três milhões e quatrocentos mil contos. Obviamente que isto aqui parece-me um evidente acto de mecenato por parte desta empresa, a AVEIRIA. Mecenato urbanístico, mecenato lacustre, ... chamem-lhe o que quiserem, mas parece-me evidente que este é um autentico acto de mecenato para com a Cidade de Aveiro. E uma primeira conclusão, que eu sou forçado a tirar, é que actos de mecenato deste calibre, venham muitos. Se é preciso mudar o executivo, para a cor do Governo, se calhar em boa hora os Aveirenses o fizeram, porque como V.Ex.as, o saberão e penso ser do conhecimento de todos, desde mil novecentos e setenta e dois, que este processo está encrocado e realmente desde mil novecentos e setenta e dois e o Sr. Presidente da Câmara tinha razão, quando disse que os executivos anteriores, tinham falta de imaginação, mas não eram só os executivos dos últimos dezoito anos, eram os executivos desde mil novecentos e setenta e dois, porque foi exactamente nessa altura, que estes terrenos obtiveram a permissão ou o vínculo de construção de cento e quarenta e sete mil metros quadrados, sabe disso tão bem como todos nós. E portanto, também fomos capazes de ver ao longo do tempo, que apesar de todas as demarches (e far-me-ão justiça, por não estar a falar em claro e sem conhecimento de causa), culminadas em mil novecentos e noventa e três, com o assentimento por parte de quarenta e nove por cento da Sociedade AVEIRIA, exactamente os quarenta e nove por cento pertencentes à SONAE, culminava dizia eu, na redução de vinte por cento na cércea (e façam as contas e verão, que vinte por cento de cento e quarenta e oito mil metros quadrados, são aproximadamente trinta mil e portanto vimos para os valores, agora negociados) e esse assentimento já estava dado por parte da SONAE, sem a Câmara de Aveiro gastar um tostão, com ele. Isto é facilmente comprovável, far-me-ão justiça, de não achar que eu venho levantar falsos testemunhos ou afirmações infundadas. E aí entronca a situação seguinte, que é claramente uma questão política; e daí a pergunta; porque é que só agora, e recordo-vos estamos em Setembro, meados de Setembro, dando de barato este assunto que já vem vindo a ser tratado desde Agosto. Dando de barato porque o Sr. Presidente da Câmara, prescindiu das suas férias e dando de barato, que em Maio deste ano quando eu próprio, questionava o Sr. Presidente da Câmara, em quanto é que importaria o metro quadrado de construção de terreno, em frente ao Centro de Congressos, pergunta que não me foi respondida até agora (agora foi obviamente), dando de barato que nada disto havia, eu pergunto, porque é que em dois meses, Agosto/Setembro, de repente, os outros cinquenta e um por cento decidem vender, os quarenta e nove já queriam vender; os outros cinquenta e um por cento decidem vender, os cem por cento da Sociedade, dizem vendemos já, mas pagam até Novembro, garantem-me o pagamento até Novembro e vendemos já. Para que não fiquem falsas suspeitas no ar e é esse o meu único objectivo, porque repito, este é um bom negócio objectivamente para a Câmara de Aveiro, para o Concelho de Aveiro e para os Aveirenses. Digam-me, tentem explicar-me, tente explicar-me Sr. Presidente da Câmara, porquê, em dois meses a alteração tão radical e ainda por cima fazendo um desconto brutal que nem nos hipermercados de um dos sócios desta empresa se consegue encontrar, porque é que em dois meses a Câmara de Aveiro recebe esta oferta de mão beijada. Obviamente que há explicação para isto, ela não foi posta aqui em cima da mesa, não me vão dizer certamente que foi apatia negocial, porque não foi. Não me vão dizer certamente, que foi falta de empenho em desvincular aquela área, a uma permissão de construção de cento e quarenta e oito mil metros quadrados, porque não foi; não me vão dizer certamente, que foi porque o executivo ou os executivos anteriores, entendessem que era uma boa solução urbanística, construir, duas torres de catorze ao lado de Centro de Congressos, tanto não é que o Centro de Congressos, que foi alvo de negociação a partir daqui, está como está hoje e era à altura uma fábrica em ruínas.

Portanto não me vão dizer que quem fez aquela obra, hoje considerada como o verdadeiro ex-libris de Aveiro, iria levianamente até direi, permitir a construção de duas torres de catorze metros, de catorze andares, cada uma e por isso não apareceram. Há um outro assunto, que eu gostaria de abordar aqui; obviamente, que eu não percebo muito de operações de leasing, de alta engenharia financeira, se calhar não estou muito interessado em perceber, há quem perceba e por isso existem os pareceres. O que eu deduzo de tudo isto, é que a Câmara de Aveiro, neste momento está disposta, de peito aberto e ainda bem, a dispôr pelo menos quinze mil contos por mês, pelo menos cento e oitenta mil contos por ano, pelo menos os tais três milhões e quatrocentos mil contos, ao fim de vinte e dois anos. E eu pergunto, quando na segunda reunião desta Assembleia Municipal, se pintou aqui um quadro catastrófico, em palavras do Sr. Presidente da Câmara, da situação financeira da Câmara, eu pergunto: - se não será um risco demasiado grande investir quinze mil contos por mês, no mínimo, neste negócio ou se por ventura a segurança ou o reduzir do risco deste negócio, terá alguma coisa haver com o último aumento aprovado em reunião de Câmara, da Contribuição Autárquica? Porque é legítimo, que possamos pensar nisso. E a esse assunto viremos, se calhar na Sessão Ordinária de Setembro desta Assembleia.

Falou-se aqui e bem também, no esculpir, marcar, desenhar o centro de uma cidade aberta e virada para o futuro e muito bem. Falou-se aqui no Tio Patinhas, no Patacônsio ... o Tio Patinhas como sabem era um forreta, se calhar a Câmara de Aveiro não é e bem, porque volto a dizer, este negócio é um bom negócio para o Município; agora que é evidente para nós bancada do Partido Popular, que se está actuar com base em algo que se chamam, unidades operativas do PDM, para lotear, para promover o loteamento, porque só assim é que se pode pegar naquele estudo urbanístico que nós vimos para aquela área e pensar em lotear, só se pode fazer isso, recorrendo às unidades operativas do PDM, penso que não estou enganado. O que vai acontecer, é que recorrendo a essas mesmas unidades operativas, para que a Câmara possa realizar mais valias, com o loteamento e com a venda dos lotes, se está obviamente a condicionar aquele que ainda não está pronto sequer, o Novo Plano de Pormenor do Centro. Isto tem que ser adquirido como um dado seguro, trabalhando com base nas unidades operativas do PDM, loteando com base nessas mesmas unidades e com a liberdade que essas unidades conferem, a quem loteia. Sem Plano de Pormenor, estamos claramente a condicionar aquilo que vai ser o Novo Plano de Pormenor do Centro, ou seja, quando o Novo Plano de Pormenor do Centro e reduzindo ao absurdo, se calhar, aparecer, se calhar todos nós já sabemos porque já vimos, que temos ali um prédio de sete andares, mais dez metros a esquerda, um prédio de doze e o Lago. Para mim é fundamental, que o Presidente da Câmara aqui assuma e penso que não terá dificuldade em o assumir, que se existir período de carência de um ano, o Novo Plano de Pormenor do Centro, tem que estar pronto daqui a um ano, é fundamental Sr. Presidente da Câmara, para que este negócio continue a ser interpretado por todos nós como um negócio, excelente para a Cidade de Aveiro. É necessário que o Sr. Presidente da Câmara assuma claramente, que há um período de carência de um ano e que durante esse período de carência de um ano, o Novo Plano de Pormenor do Centro será apresentado a esta Assembleia Municipal, para que todos nós possamos ter a consciência, não só o Sr. Presidente da Câmara, de um bom trabalho, do dever cumprido e dos interesses de Aveiro, defendidos como devem ser e penso Sr. Presidente, que não lhe custará comprometer-se com isto. Quem se compromete a construir quarenta, trinta por cento de saneamento, em três anos, facilmente se compromete com esta exigência da parte da bancada do Partido Popular, que penso será extensiva a toda a Assembleia Municipal. Terminei dizendo, Sr. Presidente que, tenho de lhe tirar a chapelada, porque obviamente, com este negócio que é um bom negócio, o Sr. Presidente consegue semi-cumprir uma promessa eleitoral. Falta depois construir o Lago e felicito-o por isso, sem pejo e sem dificuldade. Felicito-o também Sr. Presidente, por a sua ambição ir

mais longe e por querer transformar aquilo que era um espelho de água, no que estava previsto no executivo anterior, num Lago navegável. Espero que consiga sem problemas construir infra-estruturas e que estas não atinjam valores irrealis, para aquilo que se pretende para o Centro, para o Lago. E com isto, o Sr. Presidente obriga-nos a nós, bancada do Partido Popular, a votar favoravelmente este único ponto da ordem de trabalho, porque assim nos obriga o imperativo de coerência e o imperativo de consciência. Era para ali o que nós queríamos, o Sr. Presidente como muito bem diz no memorando prosseguiu as negociações, conseguiu aquilo que outros iniciaram antes, tentou ir mais longe e conseguiu também e por isso, porque somos coerentes com aquilo que quisemos e dissemos no passado e com aquilo que continuamos a querer para o futuro desta Cidade, o Sr. Presidente com alguma maestria, nos obriga a votar favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos. Muito obrigado”.

Vogal Virgínia da Silva Veiga.

“Para falar muito menos que o meu antecessor, mas também e com o agradecimento ao que parece da plateia em geral, poderia até prescindir o que seria favor maior. Mas de todo o modo, eu não posso deixar de registar para a acta, uma curta intervenção naquilo que considero ser um momento histórico, para a Cidade de Aveiro e julgo que isso foi compreendido. Facto é que devo dizer que me sinto particularmente orgulhosa às vezes por pertencer à Assembleia Municipal de Aveiro. Vendo o que se passa noutras Assembleias Municipais, doutros concelhos limítrofes, esta Assembleia mostra uma serenidade política e uma capacidade de compreensão dos verdadeiros interesses que nos trazem aqui, que são de facto os interesses do nosso município, que com franqueza, são dignos de registo. Sinto com sinceridade aquilo que estou a dizer neste momento.

É espantoso que para lá de algumas questões perfeitamente naturais, algumas dúvidas (nem com todas estarei de acordo), facto é que se mostra aqui uma serenidade política digna de louvor e até digna de orgulho. Relativamente à questão também crucial, embora penso que logicamente adiável, pelo que toda a gente percebe, é preciso adquirir primeiro os terrenos ou pelo menos o direito a eles, para se poder discutir um plano mais sério e controlar a situação do ponto de vista urbanístico. Facto é que a questão do Plano de Pormenor, não sendo despicienda tem que ser vista com algum cuidado. E julgo, que nas intervenções anteriores, muito embora questionando a situação, se revela à evidencia que há aqui interesses que não se conjugam totalmente no momento. Nós temos aqui hoje, mais do que uma operação de engenharia financeira, como diria o Dr. Diogo Machado, uma operação de engenharia urbanística e ela percebe-se, nós começámos por ter aqui um primeiro delinear, dum plano, em bom senso e bom gosto, penso eu, com a diminuição óbvia da densidade urbanística que se perfilava para o centro da cidade e para a frente do Centro Cultural e de Congressos. Isso não se coaduna inteiramente, com os prazos necessários ao cumprimento dessa obrigação urbanística, mais do que a obrigação financeira, porque essa percebeu-se que praticamente é inexistente. E daí, que sem prejuízo de eu própria também já ter levantado essa questão e essa preocupação, junto do Sr. Presidente, ainda que de forma informal, da necessidade efectiva da existência de um Plano de Pormenor. Nós não desconhecemos o que é que ele significa, designadamente a necessidade de pareceres da Comissão de Coordenação e doutras entidades, além de publicação. Portanto, são questões morosas e nós teremos com certeza que corresponder à primeira parte da intervenção do Sr. Salavessa e naturalmente seremos confrontados penso eu, com propostas parcelares por parte da Câmara, que aliás, nesta mesma área do coração da Cidade, tem mostrado, aquilo que ainda à pouco disse; bom senso e bom gosto.”

Vogal Henrique Diz:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu se me permitisse apesar do adiantado da hora, gostaria de cumprimentar os Srs. Deputados, pois eu estive de férias. Vejo que nos fez bem a todos, vejo bons ares por aí, nomeadamente pelo Sr. Presidente da Câmara que não pode ter férias, segundo ouvi dizer, mas está com bom ar, e vejo que reina a boa disposição aqui à volta, que muito me apraz registar.

Depois gostaria de agradecer ao meu colega Raúl Martins, porque nos permitiu aqui um regresso à meninice que é sempre muito útil e nos anima sempre um pouco. Peço desculpa, acho que ficou aí meio Tio Patinhas, mas o Tio Patinhas não gastava muito dinheiro e o Sr. Presidente está a prometer muitas coisas e resta saber quem são os sobrinhos, o Sr. Deputado Raúl Martins, não disse quem eram, ele lá sabe porquê. Bem, mas o Sr. Deputado Raúl Martins fez outra coisa, que foi confirmar alguma (eu diria até muita) falta de fundamento para os compromissos assumidos e a forma de os resolver. Volto já a esse assunto, gostaria entretanto de referir-me ao Sr. Presidente da Câmara, nas qualidades que eu lhe reconheço, ter hoje verificado a sua postura de humildade democrática, em vir aqui reconhecer que não teria dito aquilo que nós pudemos ler. Mas deixe-me chamar a atenção Sr. Presidente da Câmara e se me permite um conselho, deveria, se não tem, organizar um gabinete de imprensa, que lhe permitisse verificar o que é dito a seu respeito e nomeadamente aquilo que está entre aspas Sr. Presidente. Porque aspas, significam, penso eu, citações de palavras proferidas. E portanto, eu nunca acreditei que o Sr. Presidente tivesse dito aquilo que disse, pela forma como temos tratado do assunto. Não estou sempre de acordo, não estamos sempre de acordo, com o Sr. Presidente, mas o Sr. Presidente reconhece sempre que é aqui nesta Assembleia, que existem direitos de questionar as suas actividades. Depois se me permitissem eu já agora como estou em marés de elogios, gostaria eventualmente (temos que pensar no assunto), se não seria de propôr, um voto de louvor pela capacidade revelada pelo Banco Mello e pela Sonae, em serem tão generosos para Aveiro. Eu muito sinceramente, estou surpreso com isso, estou extraordinariamente agradado com essa situação e não sei mesmo, face aos números que aqui temos na frente, se não deveríamos pensar num voto de louvor, muito sinceramente. Afinal, chega-se à conclusão que também há bondade no grande capital. Valha-nos isso. O Sr. Salavessa, ficará muito satisfeito com isso.

Por outro lado, continuando os meus elogios, eu devo dizer, que face à Vereação que nós temos presente e face, se me permitem individualizar duas pessoas, o Sr. Presidente da Câmara e o Vereador o Sr. José Costa, eu não tenho dúvidas nenhuma que este assunto foi certamente muito bem debatido, algures. O que não foi muito bem debatido, foi na Assembleia Municipal, porque não foram trazidos elementos determinantes, para nós julgarmos, não do negócio em si, não da oportunidade de adquirir, não da necessidade de adquirir para evitar o desastre urbanístico que estava previsto naquela região, naquela zona (de que afinal ninguém têm responsabilidades, fiquei a saber hoje). Mas todos nós estamos de acordo, que é necessário prevenir o desastre urbanístico que ali estava previsto. Agora, meus Srs., lamento muito mesmo, não está de acordo com os pergaminhos da Vereação, do seu Presidente e do seu vereador o Dr. José Costa, não está de acordo com isso, a falta de informação, sobre a forma como se vão processar as operações. O Sr. Presidente, por exemplo, só para citar um exemplo, afirma a certa altura que a renda será na base de quinze mil contos. Bem se fizer as contas para vinte anos, o Sr. Presidente é o primeiro a reconhecer que não vão ser quinze mil contos, no entanto informa que vão ser vinte anos; há aqui um certo jogo de palavras, que eu acho que era perfeitamente evitável. Não estou a pôr em causa a qualidade técnica da proposta, estou a pôr em causa a qualidade técnica das informações prestadas. É um certo jogo de palavras que me parece, dadas as boas relações que existem entre esta Assembleia e a Câmara, que me parece que seria perfeitamente desnecessárias. Aliás por exemplo, seria interessante que a Câmara, nos tivesse apresentado

para além do Plano de Pormenor, que mais tarde iremos discutir e que condiciona certamente muitas das receitas que a Câmara vai ter, que nos tivesse apresentado um planeamento das vendas dos terrenos que está a falar; para nós então poderemos aí avaliar, as questões financeiras relacionadas com esta operação. E aliás deixe-me dizer-lhe outra coisa Sr. Presidente, eu não concordo consigo. Quando o Sr. Presidente diz, que nós não corremos riscos, sejamos precisos Sr. Presidente, há um risco enorme que a gente corre. Nós não corremos riscos, diz o Sr. Presidente, porque de facto a propriedade dos terrenos, é da leasing; se não pagarmos as rendas a leasing fica com os terrenos. Ó Sr. Presidente, perdemos ... temos já um risco, cujo tamanho é de acordo com o tempo que mediar até nós deixarmos de cumprir os compromissos assumidos, que são as prestações que se venceram e que pagamos (não preciso de lhe lembrar isso), o Sr. sabe isso melhor do que eu. E temos outro risco Sr. Presidente, que é quem tiver a posse dos terrenos poder utilizar as licenças que existem para construção, não é? Ou não pode utilizar? Não há compromissos assumidos relativamente ao volume de construção, neste momento? Quando os terrenos mudam, não há Sr. Presidente? É esse o risco que me parece a mim, que o Sr. Presidente se está a esquecer. Já agora, como isto tudo é muito optimista, o Sr. Presidente acha que vamos ter leasing a taxas extremamente favoráveis, porque somos pessoas de bem. Vamos ter certeza absoluta e vamos negociar com a Caixa Geral de Depósitos, já fizemos alguma negociação, temos a certeza que a Caixa Geral de Depósitos nos vai vender os terrenos ao mesmo preço que os vai adquirir? Temos essa certeza, Sr. Presidente? Por outro lado, se temos essa certeza, por não demos mais tempo para negociar com a leasing, em vez de estarmos a negociar de afogadilho num concurso, que vai exigir o máximo dos serviços da Câmara e que vai exigir, negociações feitas sobre pressão do nosso lado, não sobre pressão da leasing. Como é que nós podemos ser optimistas, quanto às condições que a leasing nos oferece, quando quem corre o risco somo nós, não é a leasing. Nós é que temos de concluir o negócio até trinta de Novembro. Já temos algum contrato com a Caixa Geral de Depósitos, que nos permita garantir que esse é o preço dos terrenos? Se temos, o Sr. Presidente podia-nos ter informado, devia-nos ter informado, penso eu. É nesse sentido que eu acho que a Câmara, deve assumir o compromisso de ser mais clara nas matérias em que informa esta Assembleia. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Das intervenções que antecederam a do Sr. Presidente da Câmara, resultou que ele tivesse necessidade de responder à questão de previamente apresentar um estudo urbanístico para a zona. Bem, eu não estou a ver como é que isto será possível, com esta urgência que se reclama até trinta de Novembro. Fazer o pagamento e fazer o concurso leasing. Porque por um lado o Sr. Presidente já afirmou na Câmara, que a leasing irá aceitar que a Câmara promova a venda dos lotes. Então como é que faz um estudo (a não ser que faça o estudo em oito dias), se vai já preparar o concurso para a venda dos lotes. Esses lotes têm de ser apresentados, a menos que se faça uma pretensão, de certa maneira gratuita, perante a empresa leasing, que se lhes diga sumariamente: os senhores terão de aceitar, a venda parcelar dos terrenos que vão adquirir. Mas agora eu pergunto e é essa a dúvida: que parcelas? Que lotes? É essa a importância da questão e é isso que eu quis sublinhar da minha intervenção, quando disse que o Sr. Presidente deveria ter trazido a esta Assembleia o estudo mais aprofundado, já com a concretização dos lotes, que isso é importantíssimo, é evidente. O Sr. Presidente vem afinal aqui, propor-nos que aceitemos, que o Sr. Presidente vá fazer um contrato, com um aval em branco, sem o mínimo de informação, como eu já tinha de certa maneira alvitado e agora mais precisamente, o Sr. Professor Diz, afirmou, é verdade isto, o negócio não vem concretizado minimamente. O Sr. Presidente quer de nós um aval, portanto, que esta Assembleia aprove, que o Sr. Presidente faça um contrato

leasing com parâmetros não determinados.

Agora outra pergunta Sr. Presidente, há pouco quando lhe fiz uma pergunta, sobre quanto custa o Lago, para saber quanto renunciámos, o Sr. Presidente disse, a nossa renúncia é ZERO. Pergunto, o Sr. Presidente está a pensar que o Lago seja de graça? Porque se gasta o dinheiro no Lago, não gasta noutra coisa, não vai ficar com o dinheiro na carteira, não é? Nem nos cofres da Câmara. Portanto, quando diz que a renúncia pela feitura do Lago, a renúncia a outras obras, será ZERO. O Lago custa ZERO, de onde lhe vem o dinheiro? E depois ainda reitero, quando custa o Lago? É importante. Obrigado.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Muito obrigado pelas vossas questões. Em relação à intervenção do Sr. Deputado Diogo Machado, eu agradeço-lhe a precisão eu sabia que de facto, o processo tinha antecedentes antes de oitenta e dois. Eu referi-me ao ano de oitenta e dois porque foi aquele em que foi celebrada a escritura, que já na altura tentou de facto, encontrar uma solução, para um problema que se arrastava. E por economia de apresentação, pareceu-me que para o que agora nos preocupa e para percebermos a origem destes dezanove lotes, não era preciso ir mais atrás. Mas de facto tem razão, é um processo que se arrasta já à bastante tempo. A questão que coloca de se saber como é que uma Câmara que se queixou há muito pouco tempo, de estar em dificuldades financeiras, se propõe agora suportar mais quinze mil contos por mês? A perspectiva que eu tenho pela forma como esta operação se vai desenrolar, é de que nós vamos despende, é certo, quinze mil por mês mas para ganhar trinta mil por mês e por tanto se tudo correr bem, se o mercado reagir como se espera isto em vez de ser um encargo acrescido, pode vir a ser um lucro acrescido e uma fonte de receita para a Câmara. Nós ainda não falamos aqui hoje, por uma questão de prudência, porque estamos a ver isto sempre na perspectiva pessimista, porque se formos para a avaliação mais favorável que foi submetida à vossa apreciação, então o lucro é ainda muito maior. Mas portanto, mesmo numa perspectiva contida, as perspectivas apontam para lucros e não para encargos acrescidos, tudo foi visto e ponderado. Portanto, para dizer que não é com a Contribuição Autárquica que eu estou a pensar pagar isto, a Contribuição Autárquica é necessária para outras coisas e tornaremos a falar dela, seguramente, na próxima reunião da Assembleia.

Eu gostava de fazer uma promessa e acho que apreciei muito a postura de muita seriedade e defesa do interesse municipal quando fez a sua primeira intervenção. Eu gostava sinceramente, de lhe poder prometer que trazia aqui um Plano de Pormenor a tempo. A um ano eu posso prometer, isto é, vou fazer o possível por trazer um Plano de Pormenor a um ano, a tempo. Agora, o que eu não sei se posso prometer, é se consigo gerir o tempo e se tudo isto corresse bem se esta operação corresse bem, de forma a que o loteamento naquela área só fosse aprovado após o plano de pormenor aprovado. O estudo do plano de pormenor sim e se nós tivermos aqui o estudo do Plano de Pormenor aprovado, na Assembleia, bom... o resto há prazos a correr que já não dependem da vontade política desta Assembleia e portanto, por aí, nós conseguiríamos chegar à conciliação dos interesses que são aqueles que assinalou.

Em relação à intervenção do Sr. Prof. Henrique Diz, de facto ainda não há contratos com a Caixa, há contactos, mas não podia haver contratos antes desta Assembleia Municipal aprovar a operação, evidentemente. Sob pena de estar a vincular a Câmara antes de ter o vosso mandato e isso eu não podia fazer. A outra dúvida que suscitou, é a de saber do risco de a leasing começar a autorizar construção. Não pode. Porque justamente, constará do caderno de encargos uma cláusula, que diz muito expressamente, que os lotes actualmente existentes serão anulados e existe obrigatoriedade da leasing de constituir um novo loteamento, que terá que ter naturalmente o acordo da Câmara. E portanto, só nessa

condições é que a obra poderá começar a aparecer.

Depois a intervenção que foi feita pelo Sr. Deputado Nascimento, eu acho que não se trata de um aval em branco, pelo contrário, a Assembleia Municipal vai aprovar determinadas características que o caderno de encargos tem que ter e muito claramente vai dizer, que o novo loteamento terá no mínimo cem mil metros quadrados, no máximo cento e doze. E portanto, é dentro desta margem e de acordo com o estudo urbanístico que vier a ser feito, que quem comprar, já sabe o que é que pode esperar. Não está portanto determinado com rigor, mas estão os parâmetros determinados e depende, é uma questão de estrutura urbanística, evidentemente do projecto que vier a ser apresentado.

Digo e insisto, não vou renunciar a nenhum metro de saneamento para fazer o Lago, porque há uma terceira hipótese que o Sr. Dr. Nascimento se esqueceu, é que pode haver dinheiro doutra fonte, que não seja aquele que eu vou investir no Lago. Não digo já, mas portanto pode-se fazer de facto tudo ao mesmo tempo, é preciso é encontrar meios alternativos e eu acho que encontramos e, portanto, vamos fazer o saneamento e vou empenhar-me pessoalmente para tenhamos uma taxa de noventa por cento de saneamento no fim do meu mandato. Quanto custa o Lago? É questão recorrente, eu tenho dito que assim que eu souber quanto custa o Lago, eu vou dizer quanto custa o Lago. Mas uma coisa é certo, se nós hoje aprovarmos esta operação, ele já ficou muito mais barato. Quanto é que custa, eu ainda não sei quanto é que custa e digo sem esconder nada, é que há trabalhos que são feitos pela administração directa da Câmara e esses vão ser contabilizados à medida das horas, que as máquinas lá passam, etc. A partir de certa altura, temos de passar a uma outra fase, que é um projecto com concurso público, etc. Esse projecto e esse concurso ainda não está feito, está o projecto, mas o concurso ainda não está, porque nós não podemos lançar um concurso antes de termos toda esta situação jurídica estabelecida. Portanto, eu para ser sério e para lhe dar uma resposta rigorosa, só lhe posso dizer quanto é que custa o Lago depois do concurso aberto, ter um caderno de encargos, saber exactamente o que é vai ser ali gasto. Temos uma noção de que é muito mais barato, do que inicialmente tínhamos, ainda com a variável da hidráulica por esclarecer.

Eu não sei se há mais intervenções. Eu nestas condições e respondendo à questão que foi muito pertinente do Sr. Salavessa, para que definisse claramente, qual era o objecto da autorização solicitada à Assembleia Municipal. Eu queria por um lado excluir uma; eu não venho pedir à Assembleia Municipal autorização para alienar desde já, os lotes que venha a comprar através do leasing. Acho que isso, seria muito bom do ponto de vista da flexibilidade do mercado e de gerir muito mais depressa as coisas, mas acho que a Assembleia Municipal deve pouco a pouco e à medida que os lotes vão sendo colocados na praça, no mercado, autorizar as condições em que essa venda será efectuada. E portanto não é isso que é pedido á Assembleia, não é tanto. É apenas, que autorize a Câmara a adquirir à sociedade AVEIRIA, pelo valor de três milhões e quatrocentos mil contos, mais o custo de uma garantia estimada em dois mil e quinhentos contos, através de leasing e até ao dia trinta de Novembro, hipótese A. Hipótese B, caso o preço não seja pago até essa data e caso a Caixa Geral de Depósitos venha a ser proprietária dos terrenos na sequência do contrato que celebrou com a AVEIRIA, adquirir também através de uma empresa de leasing os mesmos terrenos à Caixa Geral de Depósitos por um preço que será superior aos três milhões e quatrocentos mil contos, porque será acrescido dos encargos com escrituras, registos, emolumentos, etc. e que nós estimamos em setenta mil contos e queria dizê-lo para que não houvesse ambiguidade.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Este pedido de esclarecimento tem apenas a ver com um pequeno pormenor, que pode parecer um pequeno pormenor mas para nós, como eu disse na

minha primeira intervenção, é bastante importante. É óbvio que nós temos consciência de que poderá ser difícil, ajustar os timings, por um lado o timing de elaboração do Novo Plano de Pormenor do Centro ou de conclusão até porque já à um estudo urbanístico e o timing da realização deste negócio. Consideramos no entanto nós, bancada do Partido Popular, Sr. Presidente, que é necessário da sua parte nesta Assembleia, o comprometimento claro, nítido e objectivo de que tudo fará para isso acontecer. Em primeiro lugar, de que tudo fará para que esse prazo de um ano, que nós pedimos, não pedimos menos, coincida com o período de carência do contrato com a leasing e que portanto desta maneira, creio eu, mais fácil se possa coordenar estes dois timings. Resta-me sugerir-lhe Sr. Presidente da Câmara ou perguntar-lhe se o Sr. não estaria disposto, caso visse que esta coordenação dos dois timings não era possível, se o Sr., não estaria disposto a dar a oportunidade a Caixa Geral de Depósitos que garantisse o negócio para que de uma maneira, que penso eu, é mais útil para o Concelho de Aveiro, conjugar o aparecimento do Novo Plano de Pormenor do Centro, com a compra dos terrenos por parte da Câmara Municipal, porque penso que assim e digo-lhe isto sinceramente Sr. Presidente da Câmara, penso que assim no futuro todas e quaisquer dúvidas, ficariam dissipadas. Entenda isto da melhor maneira, todas e quaisquer dissipadas. Quanto ao preço do Lago, é óbvio que eu não estaria à espera que o Sr. Presidente da Câmara, respondesse aqui enquanto é que calculava em quanto é que pensava que o Lago poderia vir a ficar. Eu perguntei em Maio em quanto é que o Sr. Presidente calculava que pudessem ficar o preço dos terrenos ali à frente; estamos em Setembro, vamos esperar quatro meses e daqui a quatro meses voltaremos a perguntar-lhe, porque obviamente que o Sr. Presidente da Câmara, antes da abrir o concurso ou de elaborar o caderno de encargos tem que fazer uma estimativa de custos e penso que terá a honestidade de apresentar a esta Assembleia quanto é que estimativamente pensará que pode custar esse Lago. Resta alertá-lo para que não respondeu à questão levantada pelo meu colega de bancada, o Sr. Gaspar Albino, acerca dos terrenos da Artibus e do Jeremias Bandarra. Porque esta é uma questão importante, uma vez que ao levantar-se a lebre sobre o real valor que estes terrenos em frente ao Centro de Congressos têm, é óbvio que resulta prejudicada a negociação. Se entretanto não foi acautelada, com os proprietários destes terrenos, porque resulta também para mim óbvio, a Câmara terá que despende mais dinheiro. Penso que a Câmara, já terá encetado negociações e gostávamos sinceramente de sermos esclarecidos, sobre este assunto. Por favor, termino pedindo-lhe o favor de se comprometer claramente, mais uma vez, com este prazo de um ano para a elaboração do Novo Plano de Pormenor do Centro, conjugado com o timing de aquisição dos terrenos.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Portanto, ficou bem evidente desta discussão, que um aspecto fulcral, para que o risco seja mínimo e todos sabemos que em negócios há sempre riscos, mas queremos sempre minimizá-lo, é que de facto é possível a venda e em boas condições. É claro que compreendo que dada a urgência isso não foi possível ser apresentado, mas eu gostaria de saber se está feito algum estudo do mercado de habitação para os próximos anos, tendo nomeadamente em consideração, as tais urbanizações importantes que estão a fazer neste momento, como é o caso do Eucalipto, Sá-Barrocas e Agrad do Norte. Portanto, se há ou não algum estudo neste sentido para podermos estar cientes de que o seguro é mínimo. Outro assunto, na continuidade do que disse o representante do PP, eu quero dizer que partilho as preocupações dele e também para informação da nossa bancada, saber se de facto o compromisso que é solicitado por ele, para garantia do controlo de planeamento urbanístico é de facto acolhido pelo Sr. Presidente. Finalmente e até porque isto se refere ao problema de às vezes de certos gastos, face a outros que parecem prioritários, como sendo o caso do

saneamento, eu quero dizer que ouvi com muito gosto e gostaria bem que isto fique sem dúvida na acta, para não haver depois alguma confusão do que se disse ou do que não disse, que no dia onze do nove do noventa e oito, que até ao fim do seu mandato teremos noventa por cento do saneamento efectuado, porque se isso se fizer cá estarei para o felicitar. E finalmente queria só dizer o seguinte e até porque estamos no fim e estamos num ambiente de alguma boa disposição e descontração e para acabar, é que de facto, foi sugerido que os aspectos de maior importância que fossem aqui assinalados e eu de facto tive o gosto de verificar que o Dr. Raúl Martins, que foi o que aconselhou isso, de facto tomou um tema importante, que foi o tema do Tio Patinhas. E como hoje é o dia dos perdões, eu também tenho de pedir o meu perdão, porque me enganei mesmo, quer dizer, a pessoa que eu devia ter escolhido não devia de ser a imagem do Tio Patinhas, não sou especialista, no Tio Patinhas, reconheço e peço perdão por isso, mas acho que é de facto um especialista o Dr. Raúl Martins e se eu pudesse dava-lhe a ‘Ordem’ do Tio Patinhas.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente, só para responder a estas últimas dúvidas que surgiram. Em relação aos terrenos contíguos de facto e que são da Bandarra e da Serralharia de Mármore, há de facto contactos que foram feitos; não entram neste pacote, digamos assim, terão que ter uma negociação paralela, depende naturalmente da área de construção que vier a ser admitida e os da Artibus a mesma coisa. Há de facto contactos com todos, mas não estão numa fase de negociação, que permita ainda adiantar mais. É evidente que o objectivo da Câmara, é conseguir fazer um ordenamento do território global e integrado de toda aquela zona. O preço do Lago, pois, naturalmente vou trazer o preço do Lago aqui. Há quatro meses teria sido um mero palpito e tinha sido um jogo de palavras estar a atirar-lhes com um número. Agora estão as coisas a ficar mais afinadas (o nosso Director de Serviços está já a fazer os cálculos de preços do trabalho que já existe, porque já existe um projecto). Faltam-nos duas variáveis para contar a história toda, falta-nos saber quais são as implicações orçamentais do estudo hidráulico e ainda não recebemos isso, porque é evidente que se a vala de Vilar for desembocar dentro do Lago é uma coisa, se for “encanada” e for sair à frente é outra. E falta-nos saber, se vamos ser nós a fazer as escavações, se vamos adjudicar isso a uma empresa especializada ou se vamos adjudicar isso a uma terceira entidade a custos muito mais baratos.

Em relação, outra vez ao risco de mercado, Sr. Professor, Aveiro tem tido um ritmo de crescimento fantástico e dizem-me as pessoas ligadas ao sector, que estamos com um défice de quinze mil fogos, ou seja, aquela área vai ser vendida, eu diria, num abrir e fechar de olhos, por que vai ser a área mais bonita da Cidade e eu não tenho dúvidas que vai ser a área mais procurada e estou muito optimista em relação ao mercado. Mesmo que houvesse alguma quebra no mercado, a Câmara fica dona dos terrenos, pode colocar no mercado quando achar que o momento é o mais adequado para a respectiva venda. Portanto, penso que também por aí os riscos são diminutos, apesar de haver sempre uma dose de risco evidentemente.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Presidente da Mesa:

“Considero encerrado o debate e seguidamente iremos à votação. Entretanto, desculpem-me só roubar-lhes um minuto, a Mesa da Assembleia foi apresentar cumprimentos ao Reitor da Universidade (que foi muito amável) e que em síntese disse o apreço que tinha pelo funcionamento democrático e aberto e de interesse para a Cidade, desta Assembleia. Os cumprimentos ao Sr. Bispo, não puderam ser feitos porque esteve de férias e só agora neste

mês haverá esse encontro. Além desta conferência de Líderes, houve uma outra informal, anterior, que decidiu que houvesse duas reuniões de especialidade desta Assembleia. Uma sobre a Laguna de Aveiro, em que fará a introdução de base o Sr. Prof. Carlos Borrego; e uma outra sobre o Porto de Aveiro, em que em princípio ainda não estão convidados, fará a intervenção de base o Dr. Luís Forte, que é actualmente o Director Geral de Portos. Estas reuniões serão em Outubro.

Entretanto esqueci-me de vos dizer que está presente o Sr. Artur Domingos Salvador, que é Bacharel (não sei se Bacharel tem tratamento de Doutor), que é por concurso, que ganhou, em primeiro lugar, é estagiário adstrito ao funcionamento da assessoria desta Assembleia. O concurso é por um ano (salvo erro, o tempo do contrato), com tendência a prolongar-se. Esta Assembleia vai ter aí umas histórias complicadas, se sai, se não sai, mas isso agora não está bem estabilizado. Não me parece ser pertinente dizer mais nada.”

Antes de ser colocado à votação os trabalhos foram interrompidos, nos termos do Regimento, a pedido da bancada do PSD.

Reiniciados os trabalhos, foi colocado à votação do plenário o ponto único da ordem de trabalhos “Aquisição de lotes de terreno pertencentes à Aveiria, Sociedade Imobiliária S.A., através de locação financeira imobiliária” tendo o mesmo merecido a aprovação por maioria de vinte e nove votos a favor (11PS+9PSD+9 PP) e uma abstenção (1PCP).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Vogais:

Vogal António Salavessa:

“Estivesse aqui presente o Plano de Pormenor do Centro, que pudéssemos subscrever, estivesse aqui presente pelo menos as ideias urbanísticas para o futuro que a Câmara pretende aplicar naquela zona, então o nosso voto seria favorável. Como não estão, como temos dúvidas que não foram esclarecidas acerca dos custos reais da operação financeira, não podemos ir além da abstenção.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“A bancada do PSD, vota favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara Municipal, por que entende ser necessário defender os superiores interesses de Aveiro, nomeadamente, no que respeita à qualidade urbanística do centro da Cidade. No entanto, a bancada do PSD lamenta, que não tenha sido possível à Câmara Municipal estudar propostas de aquisição, que permitissem uma elaboração atempada das soluções urbanísticas a implementar. Lamenta-se ainda, que não tenha sido possível à Câmara apresentar elementos mais detalhados e melhor fundamentados sobre a operação e as suas consequências financeiras.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“A bancada do PP votou favoravelmente este ponto único da ordem de trabalhos desta reunião, com base em três pressupostos:

Um) O comprometimento por parte da Câmara Municipal de Aveiro, em apresentar a esta Assembleia, dentro do prazo máximo de um ano, o novo Plano de Pormenor do Centro, fazendo coincidir esse ano com o ano previsto como período de carência deste contrato de leasing. É fundamental e imperioso que este Plano apareça, por forma a ser um Plano de Pormenor descomprometido e livre de condicionantes. É fundamental, que este Plano de Pormenor apareça, pois os critérios urbanísticos ou de urbanização têm balizas muito concretas e não podem pertencer ao poder discricionário de qualquer Executivo ou Presidente de Câmara.

Dois) Um imperativo de consciência e um imperativo de coerência, com aquelas que foram

as grandes opções do Partido Popular até ao mandato autárquico anterior, das quais este negócio, que reputamos excelente para o Concelho, é o culminar feliz de uma delas.

Como todos podemos ver, outros finais felizes se aproximam.

Três) Que o investimento previsto para o Centro Urbano da nossa Cidade não signifique nem represente nunca mais um desinvestimento nas Freguesias Rurais, desinvestimento esse do qual temos variados exemplos na primeira revisão ao Plano de Actividades e Orçamento, levado a efeito por este Executivo”.

De seguida, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, dando por concluída esta Sessão Extraordinária de Setembro.

Eram 01:00 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.